



Registros civis de matrimônio e História da Educação: algumas interlocuções metodológicas

Civil marriage records and the History of Education:
some methodological discussions

Registros civiles de matrimonio e Historia de la Educación:
algunos diálogos metodológicos

Manuela Ciconetto Bernardi
Universidade de Caxias do Sul (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-0130-4845>
<http://lattes.cnpq.br/5850642233284448>
mcbernardi1@ucs.br

Terciane Ângela Luchese
Universidade de Caxias do Sul (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>
<http://lattes.cnpq.br/7640634913198342>
taluches@ucs.br

Resumo

A produção de taxas de alfabetização com base em assinaturas dos registros civis das localidades de Antônio Prado, Caxias, Garibaldi, Nova Trento e Bento Gonçalves, pertencentes à Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS), é um caminho investigativo que demanda explicitação metodológica, foco deste artigo. Diante disso, realizamos a discussão da utilização de assinaturas como indicador de conhecimento de escrita, com base em autores que já mobilizaram fontes semelhantes, a exemplo de Chartier (1991) e Magalhães (1994). Neste texto, apresentamos recortes e escolhas para a medição das assinaturas, relatamos os procedimentos para a construção dos dados e os movimentos de análise para embasar a narrativa. Este estudo corrobora para destacar e explicitar o percurso realizado em fontes documentais e evidencia que não há muitos estudos nacionais que utilizam assinaturas para a investigação de processos de educação, mostrando possibilidades de uso, sistematização e interpretação dessas assinaturas.

Palavras-chave: História da educação; Taxas de alfabetização; Registros civis.

Abstract

The production of literacy rates based on signatures from civil records in the Antônio Prado, Caxias, Garibaldi, Nova Trento and Bento Gonçalves towns, belonging to the Italian Colonial Region of Rio Grande do Sul (RCI/RS), it is an investigative path that demands methodological explanation, which is the focus of this article. In view of this, we discuss the use of signatures as an indicator of written knowledge, based on authors who have already mobilized similar sources, such as Chartier (1991) and Magalhães (1994). In this text, we present excerpts and choices for measuring signatures, report the procedures for constructing the data and the analytical movements to support the narrative. This study corroborates the need to highlight and explain the path taken in documentary sources and shows that there are not many national studies that use signatures to investigate educational processes, showing possibilities for using, systematizing and interpreting these signatures.

Keywords: History of education; Literacy rates; Civil records.

Resumen

La producción de tasas de alfabetización basadas en firmas de los registros civiles de las localidades de Antônio Prado, Caxias, Garibaldi, Nova Trento y Bento Gonçalves pertenecientes a la Región Colonial Italiana de Rio Grande do Sul (RCI/RS) es un camino de investigación que exige explicación metodológica, foco de este artículo. Discutimos el uso de firmas como indicadores basados en autores que ya han movilizado fuentes similares, como Chartier (1991) y Magalhães (1994). En el texto presentamos recortes y opciones para la medición, informamos los procedimientos para la construcción de los datos y los movimientos de análisis para apoyar la narrativa. Este estudio corrobora para resaltar y explicar el recorrido realizado en fuentes documentales y mostramos que no son muchos los estudios nacionales que utilizan firmas para la investigación de procesos educativos, mostrando posibilidades de uso, sistematización e interpretación.

Palabras clave: Historia de la educación; Tasas de alfabetización; Registros civiles.

Recebido: 11/02/2024

Aprovado: 24/06/2024

Considerações iniciais

Este estudo apresenta¹ o percurso metodológico da produção de taxas de alfabetização com base em assinaturas de registros civis de matrimônio das localidades de Antônio Prado, Caxias do Sul, Garibaldi, Nova Trento e Bento Gonçalves, municípios pertencentes à Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS)². O uso do termo ‘taxa de alfabetização’ é inspirado em Chartier (1991). Para o autor, as taxas de assinaturas podem ser qualificadas como ‘taxas de alfabetização’ com a “condição de não supor que indiquem imediatamente a percentagem da população que sabe ler e escrever” (CHARTIER, 1991, p. 114). Ou seja, as assinaturas são pensadas, neste estudo, como um indicador possível, dentre outros, de algum conhecimento de escrita, o que se faz por meio de análise histórica de documentos.

O alargamento da compreensão do historiador com relação aos objetos, abordagens e tipologias documentais tem permitido um enriquecimento no conjunto de análises e potencialidades narrativas, dado que, conforme Albuquerque Júnior (2019, p. 91), pensamos que os documentos são fabricados, criados e inventados, “feito de camadas de sentido e significados, muitos deles delidos”. Neste artigo, o foco analítico recai no uso de assinaturas de registros civis para a pesquisa em História da Educação. Por constituir um *corpus* documental incomum, é relevante registrar o percurso de produção demonstrando, aos demais pesquisadores, o registro de trajetórias metodológicas, corroborando, assim, com estudos da história da educação, da alfabetização e da escrita.

Feita esta introdução, esclarecemos como está dividido este estudo: na próxima seção, abordamos aspectos teóricos para a produção das taxas de alfabetização e a emergência dos registros civis; na terceira, a escolha/seleção das taxas; para, então, na quarta, discutir sobre a organização dos dados e produção dos resultados. Por fim, nas considerações finais, retomamos o percurso metodológico realizado e dissertamos acerca das considerações sobre a produção de medição de assinaturas.

Situando alguns referenciais para a produção das taxas de alfabetização com base em assinaturas e a emergência de registros civis

Compreendemos que as assinaturas de indivíduos são fontes documentais relevantes para as pesquisas em História da Educação, da alfabetização e da escrita, ao fornecerem informações acerca dos sujeitos, como, por exemplo, se saberiam ou não assinar o próprio nome. Independentemente do nível de análise, essa fonte propicia, ao menos de forma introdutória, sinais sobre a capacidade/habilidade da escrita da pessoa e/ou uma introdução no mundo da escrita. Na operação historiográfica, se o pesquisador desejar, poderá utilizar-se da Paleografia³, analisar a caligrafia e pensar na cultura escrita em diferentes profundidades.

Outra possibilidade situa-se no agrupamento quantitativo de assinaturas, que pode indicar evidências sobre uma determinada comunidade, a fim de auxiliar na compreensão dos processos históricos da educação, sendo este o caminho que seguimos nesse estudo. Para tal, apoiamos-nos nas contribuições da História Cultural e História da Educação, posto que há uma flexibilidade na construção de fontes que, antes, tinham outras finalidades (FEBVRE, 1989),

¹ Parte deste trabalho integra os anais do evento VI Encontro da História da Educação do Centro-Oeste, intitulado “A utilização de assinaturas nas pesquisas da história da alfabetização: breve histórico e possibilidades”.

² O mapeamento documental integra uma pesquisa em fase final, em nível de doutorado do curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu/ UCS), que visa a investigar a educação de imigrantes italianos e filhos no recorte temporal de 1875 a 1920, utilizando-se dos pressupostos da História Cultural e a História da Educação.

³ O capítulo 1 da obra *Grafias do cotidiano*, de Castillo Gómez (2020), trata do tema e apresenta relevantes contribuições.

tanto é que, agora, é “possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras” (BURKE, 1992, p. 25), que é o que essa fonte – registros civis – produzida com outra finalidade, permite, como é o caso da análise da alfabetização de imigrantes.

De acordo com Vincent (2014), o manejo de assinaturas para compreender a educação é creditado à Grã-Bretanha, após reformas administrativas da década de 1830, que padronizaram registros de nascimentos, casamentos e óbitos, mensurando-os. O autor explica que Thomas Lister, secretário-geral do país, fez a primeira tentativa de mensuração, ação que se mostrou relevante para a produção de um indicador cultural e, “desde aquele momento, no início da década de quarenta do século XIX, houve constantes atividades com mensurações simples e contextualizadas” (VINCENT, 2014, p. 550).

No meio científico, a emergência ocorreu há décadas, por pesquisadores que percebiam lacunas em fontes escolares para entender os processos de educação. Da genealogia, a construção partiu de Michel Fleury e Pierre Valmary, que abriram as pesquisas em 1957, em “um pioneiro e marcante estudo com base nas informações recolhidas na sequência do inquérito ordenado em França, em 1877-1879, pelo Inspector Louis Maggiolo” (SILVA, 1986, p. 102). Em seguida, Roger Schofield e Lawrence Stone produziram contributos, sendo que o primeiro frisou a importância da assinatura como um indicador de alfabetização, assim como o fizeram Furet e Ozouf (1977). É relevante ainda citar Carlo Cipolla⁴ para a compreensão da difusão da leitura e escrita no mundo ocidental, com *Istruzione e sviluppo: il declino dell'analfabetismo nel mondo occidentale*, publicado, originalmente, em 1969. Consoante esse viés, Graff (1994) listou diferentes tipologias documentais possíveis para as pesquisas interessadas em alfabetização, mencionando as certidões de casamento e, além delas, o censo, testamentos, escrituras, inventários, depósitos, registros de exames de catecismo, petições, registros de alistamento militar, registros criminais, para citar alguns (GRAFF, 1994, p. 30-31).

Novos estudos emergiram, nas décadas seguintes, pela Europa, principalmente na Espanha, França e Inglaterra (SILVA, 1986), seguido pela América do Norte. Um aprofundamento foi realizado por Dominique Julia e Jacques Revel (2009), no qual refletem⁵ sobre a historiografia da leitura e da escrita. No que se refere ao Brasil, alguns estudos, como o produzido por Jesus (2015), podem ser encontrados, mas desconhecemos, até então, a utilização de assinaturas para a produção de estudos científicos, principalmente na região de estudo deste artigo, a RCI/RS.

No que concerne à utilização de assinaturas por pesquisadores, Ragazzini (2001, p. 19) diz que “as assinaturas dos registros matrimoniais, estudadas com o objetivo de determinar os níveis de analfabetismo [...] são fontes [...] para a história da escola e da educação”. Já Ferraro e Kreidlow (2004, p. 180, grifos nossos) explicam que, “por menor que seja o ganho representado pela alfabetização, medida pelo critério **de saber ler e escrever um bilhete simples**, ele representa o primeiro passo – decisivo – no processo de escolarização”, reflexões que permitem pensar no manejo dessas assinaturas como *corpus* documental.

Assim como Chartier (1991), neste estudo, as assinaturas são tomadas como indicadores da educação, isto é, são *indicadores*, pois não seria possível medir a habilidade/capacidade de escrita nem da leitura (nível). Tal alerta também foi realizado por Magalhães (1994). Nessa perspectiva, as abordagens estatísticas emergiram para investigar a história de práticas de educação (BURKE, 1997), todavia, serve o alerta que:

⁴ Cipolla [1969]/2012.

⁵ Em que esta própria análise se baseia.

A abordagem quantitativa da história em geral, ou da história cultural, em particular, pode ser criticada, obviamente, como reducionista. [...] Os historiadores quantitativos podem contar as assinaturas nos registros de casamentos, os livros em bibliotecas particulares [...] etc. O problema que permanece é o de saber se essas estatísticas são indicadores seguros de alfabetização [...]. Alguns historiadores levantaram dúvidas quanto à validade desses números, outros aceitaram-na. Alguns fizeram uso de outros tipos de evidência para tornarem as estatísticas significativas; outros não (BURKE, 1997, p.93).

O alerta de Burke (1997) vai ao encontro das reflexões de Chartier (1991) e de Magalhães (1994), ou seja, de que essas fontes podem ser *indicadores* do nível de escrita e que podem compor uma parte do leque de fontes para a compreensão dos processos analisados, mas que elas não responderão a problemas por si só. Sobre esse processo, Magalhães (1994, p. 24) afirma que:

Tomando por indicador autográfico fundamental a assinatura para a partir dela inferir níveis de alfabetismo, privilegiam-se as fontes históricas que apresentem a evolução de conjuntos abrangentes e sistemáticos de assinaturas a fim de constituir séries de dados [...] Indício de alfabetismo, a marca autográfica da assinatura converte-se em instrumento epistémico sobre as capacidades, níveis e processos de alfabetização através da aplicação criteriosa de uma escala de assinaturas. Instrumento de análise, a escala de assinaturas, quando aplicada a situações e contextos históricos definidos e depois de devidamente testada, permite conhecer e explicar os diferentes usos e processos de apropriação das capacidades e práticas literárias.

Conforme Magalhães (1994), as assinaturas constituem base para pensar os procedimentos metodológicos para uma produção coerente, sendo necessário recortes e conjuntos sistemáticos delas, a fim de produzir os dados – quanto a isso, explicaremos mais na próxima seção. Mas, antes, cabe compreender a emergência dos registros civis na RCI/RS, que são as fontes das quais as assinaturas foram construídas para este estudo.

O recenseamento da população brasileira iniciou após a Lei nº 1.829/1870, sendo que, no art. 2, estabeleceu-se a Diretoria Geral de Estatística, que ficaria responsável pelo quadro de nascimentos, casamentos e óbitos. Com base nela, emergiu o Decreto nº 9.886/1888, que, no art. 11, definiu:

As partes ou seus procuradores assinarão estes assentos com seus nomes por inteiro, e assim também as testemunhas, nos casos em que são necessárias. Se, contudo, alguma destas pessoas não puder escrever por qualquer circunstância, far-se-á declaração disto no assento, assinando a rogo outra pessoa (BRASIL, 1888, p. 248)⁶.

⁶ Para a facilitar a leitura, ao transcrever os documentos mais antigos, foram adaptados para a norma vigente da língua portuguesa.

É possível verificar que o art. 11 trouxe instruções quanto à obrigatoriedade de assinatura, já que se o indivíduo não soubesse ler e escrever, além de constar a declaração, outra pessoa deveria assinar em seu lugar. No que concerne à normativa dos registros civis, a obrigatoriedade dele, em todo o território brasileiro, partiu do Decreto nº. 10.044/1888.

O início dos registros civis na RCI/RS ocorreu paulatinamente e pode ser associado à expansão das colônias para o estabelecimento dos imigrantes. A primeira localidade que iniciou os registros de matrimônios foi Caxias, em 1879⁷, e Bento Gonçalves, em 1889, seguido por Antônio Prado, em 1895, Nova Trento, em 1896, e Garibaldi, em 1905. Os registros deveriam seguir um padrão⁸ com a data do registro, informações sobre as testemunhas e indivíduos presentes, nome dos cônjuges, filiação e encerramento com as assinaturas, variando nas informações complementares e na ordenação das informações, como é o caso da nacionalidade dos pais e residência.

Como refere Albuquerque Júnior (2019, p. 60), o documento é um “fragmento de um tempo que se foi” e, ao considerá-lo na investigação, é importante caracterizá-lo, compreendê-lo em seu contexto de produção, nas regulações que sofre pelas regras do momento em que foi materializado, para quem se dirigia, o quê e como tratava, no caso, o registro matrimonial que produzia. Ainda, o autor alega que: “As camadas do tempo que estão incrustadas, materializadas naquele suporte” precisam ser consideradas no trabalho investigativo, na análise documental (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.61).

Ou seja, os documentos presentes nos cartórios e acervos podem contribuir e muito para compreender questões passadas ainda não esclarecidas, como taxas de alfabetização.

Alguns recortes e as evidências para a produção das taxas de alfabetização

Ao refletir sobre quais locais seriam selecionados para a produção da taxa de alfabetização, iniciamos pela produção de uma lista das localidades/municípios que compõem a RCI/RS, considerando: a) o início dos registros civis de matrimônios; b) até que ano estariam disponíveis⁹ para a medição; e, entre essas regiões, c) quais incluiriam os registros de outras, hoje desmembradas e/ou que iniciaram posteriormente o civil. Dessa produção, verificamos que eles poderiam ser agrupados de acordo com o Quadro 1. Alertamos que os registros não acompanham a ordem cronológica do desmembramento territorial, por isso a importância do quadro, para compreender em quais locais eram realizados, quais municípios atuais incluem e até que ano estariam arquivados nas “sedes”.

⁷ Em grande parte do livro de 1879 a 1883, o noivo apresenta-se e faz a declaração de que os cônjuges haviam casado na Igreja. Após esse período, há falta de livros que são retomados, padronizados com a presença de ambos cônjuges e, assim, a nossa medição ocorreu com o recorte inicial de 1889 em diante, impactada pela obrigatoriedade estabelecida pela República.

⁸ Em alguns casos, faltam informações; são momentos da emergência do registro, em algumas das colônias, e, em seguida, são padronizados.

⁹ De forma remota, sendo os documentos digitalizados em microfilmes, o que, por lei, são aceitos e produzirão efeitos legais como documentos originais (BRASIL 1968).

Quadro 1 - Localidades estudadas para a construção e produção das taxas de alfabetização

Colônias	Incluiriam¹⁰ registros de matrimônios de e a partir:
Caxias (1889-1921)	Sede (Caxias); Nova Trento (até 1896); Nova Pádua (até 1904); parte de São Marcos (até 1916); parte de Farroupilha (até 1903), Galópolis (até 1914) e Criúva (até 1916).
Dona Isabel (1889-1921)	Sede (Bento Gonçalves); Monte Belo (até 1893); Pinto Bandeira e Santa Tereza; Parte de Farroupilha (até 1903).
Conde d'Eu (1905-1935)	Sede (Garibaldi desde 1905); Carlos Barbosa (até 1910); Coronel Pilar (até 1898); Imigrante (até 1919).
Antônio Prado (1895-1935)	Sede e Nova Roma (até 1923).
Alfredo Chaves (1889-1935)	Sede (Veranópolis), Vila Flores, Fagundes Varela (até 1907) e Cotiporã (até 1904)

Fonte: elaboração das autoras (2023).

Para a compreensão, Caxias iniciou os registros passíveis de medição em 1889; e, nessa época, incluía os registros de Nova Trento¹¹. No entanto, a separação desses municípios ocorreu em 1896, quando o civil foi criado neste último, então, a partir de 1896, a sede de Caxias não incluiu mais informações de residentes de Nova Trento. Da mesma forma, os registros de Farroupilha iniciaram em 1903; anteriormente, parte deles estavam inclusos nos registros de Caxias ou Bento Gonçalves, o que também ocorria com Nova Trento, em 1896; Nova Pádua, em 1904, e São Marcos, antes de 1916, que tinham registros em Caxias.

Para uma compreensão da RCI/RS, ao escolher os locais, refletimos que, a título de exemplo, os registros de Nova Milano¹² e Farroupilha, ao menos até 1903 (data do início do registro civil de Farroupilha), eram realizados pelo cartório de Caxias. Isso também é o caso de Nova Roma, que pertencia a Antônio Prado e, com isso, este ainda possui os registros daquele, feitos até 1923. Com o agrupamento, ficou visível a necessidade de um recorte para a produção da taxa, pois apesar de investigar a RCI/RS, não seria possível realizá-la em toda a extensão da RCI/RS.

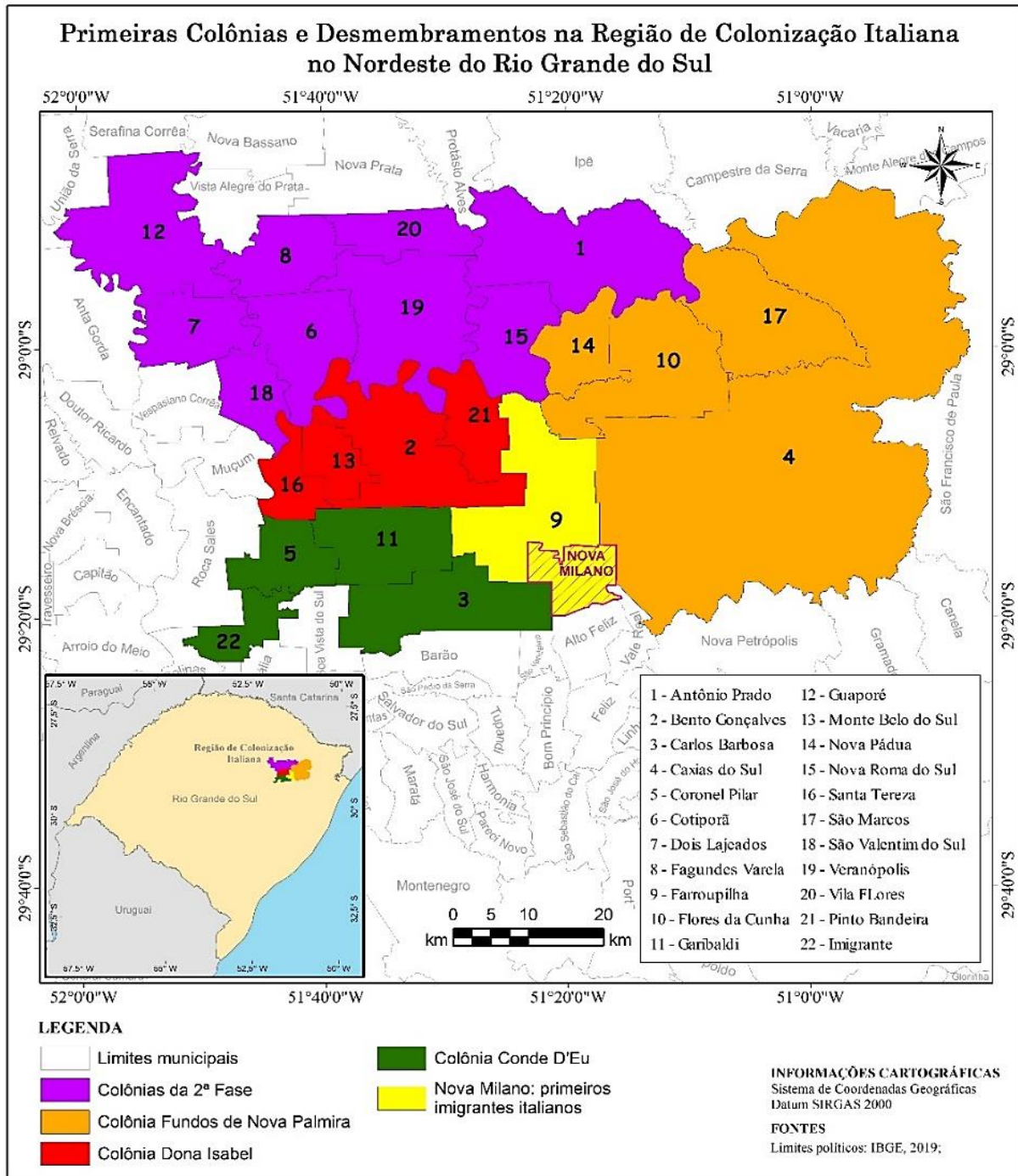
Optamos pela exclusão da cidade de Alfredo Chaves, por possuir características próprias e significativa presença de imigração polonesa; a inclusão de Caxias ocorreu por ser um “núcleo” da RCI/RS. Ademais, a se pensar nos registros civis, incluímos informações referentes a diversas localidades, hoje distritos e/ou municípios limítrofes, e foram adicionados os registros de Nova Trento por dois motivos: tanto por iniciarem ainda em 1896, quanto por uma perspectiva territorial, isto é, estendemos a discussão pensando em Caxias – Nova Trento – Antônio Prado em termos de territórios limites. No Mapa 1, apresentamos a delimitação da análise.

¹⁰ Por pertencerem a outros locais, os registros estariam arquivados nas sedes. Entramos em contato com alguns dos cartórios para confirmar essas questões, e vários mostraram dificuldades nas respostas. Fizemos uma lista e ponderamos que é provável que os registros de localidades mais pequenas estejam nas colônias-sede a que pertenciam.

¹¹ Em 1935 a localidade alterou a denominação para Flores da Cunha.

¹² Considerada o berço do estabelecimento de imigrantes na RCI/RS.

Mapa 1 – Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul



Fonte: Belusso (2020, p. 54).

Analisando o mapa, podemos perceber a abrangência da delimitação geográfica da análise, indo um pouco além das mais antigas colônias criadas em 1870. Também, pelo mapa, é possível analisar a abrangência municipal atual. Registramos que não foi possível deixar de fora os registros de Garibaldi e Bento Gonçalves que, conforme o quadro, possuem, no início dos registros civis, informações de diversas localidades, e essas escolhas cobrem um espaço territorial satisfatório para a compreensão da RCI/RS. A escolha, então, foi definida em cinco localidades-sede para medição: Caxias, Nova Trento, Antônio Prado, Bento Gonçalves e Garibaldi como representações relevantes para a compreensão da região.

Ao buscar um padrão para a produção das taxas, não tivemos como fazê-lo para o início, pois, em cada colônia da RCI/RS, os registros iniciaram em um determinado período, entretanto, o recorte final utilizado foi o mesmo de quando as taxas eram entrelaçadas, para que existisse um parâmetro. No caso de Caxias e Bento Gonçalves, eles somente puderam ser consultados até 1921¹³; já a escolha da coleta até 1935, nos locais em que foi possível, foi pensada para utilização em um resultado específico, que foi a produção por década de nascidos. Nos demais resultados, todas as localidades foram utilizadas tendo como recorte o ano de 1921.

Das selecionadas para a medição, duas, Caxias e Nova Trento, pertencem à antiga Colônia Fundos de Nova Palmira; Garibaldi, à colônia Conde d’Eu; Bento Gonçalves, à Dona Isabel; e, por fim, Antônio Prado, que pertence às colônias da 2ª fase de povoamento (a partir de 1884) da RCI/RS. Com essa distribuição geográfica, a análise possibilita indícios de uma grande parte da RCI/RS no que se refere ao tema proposto. Quanto aos procedimentos¹⁴, apesar do acervo estar em cartórios¹⁵, são disponibilizados de forma *online* pelo site *FamilySearch*¹⁶, desse modo, toda a construção ocorreu de forma remota. Foram verificados um a um os matrimônios civis dos locais selecionados, com a leitura das informações constantes no ato completo, sendo deles compiladas as informações do ano do registro, sexo, nacionalidade, idade, profissão e se o indivíduo assinou ou não o documento.

A produção focou na contagem (presença/ausência) e não na análise da caligrafia de assinaturas nos registros civis¹⁷ de matrimônios, escolha feita em virtude da quantidade substancial de indivíduos, bem como para corroborar com a ideia inicial da introdução da escrita do grupo nos processos da cultura escrita. O Quadro 2 exemplifica trechos da coleta.

Quadro 2 – Parte da coleta das informações

Ano	Sexo	Nacionalidade	Idade	Profissão	Assinou/Não assinou
1904	Masculino	Itália	26	Lavrador	Assinou
1904	Feminino	Itália	24	Doméstica	Não assinou
1904	Masculino	Ítalo-brasileiro	18	Lavrador	Assinou
1904	Feminino	Ítalo-Brasileiro	16	Doméstica	Não assinou

Fonte: elaboração das autoras (2024), com base em trechos da planilha de coleta de Antônio Prado (RS) para 1904.

As evidências foram transcritas em um programa de computador para o gerenciamento de tabelas, separadas pelas cinco localidades selecionadas. Ao final do processo, obtivemos informações sobre os grupos amostrais de cada uma. Foram sete meses de coleta, um trabalho mecânico e exaustivo, para que fossem coletadas todas as informações propostas da RCI/RS. Por vezes, os registros estavam em mau estado de conservação, e a leitura deles, em alguns períodos, foi morosa. A Tabela 1 mostra o resultado quantitativo da coleta.

¹³ É possível verificar no próprio *site* familysearch.org este recorte.

¹⁴ A metodologia é baseada em trabalho similar, realizado em “Processo de escolarização de Antônio Prado – RS (1886-1920): culturas e sujeitos”, e também divulgada na Revista Educação em Questão (*Qualis A2*), a partir do artigo “A taxa de alfabetização de Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1895-1920)”. Cf. Bernardi e Luchese, 2020.

¹⁵ Principalmente em virtude da realização durante a pandemia da covid-19 (2021).

¹⁶ Todos os registros estão *online* e podem ser acessados por meio de uma conta gratuita no *site*: <https://www.familysearch.org/search/catalog/263342?availability=Family%20History%20Library>.

¹⁷ Em sua maioria, os trabalhos europeus que utilizam como base a assinatura, fazem-no por registros paroquiais (SILVA, 1986). No caso da RCI/RS, apenas algumas localidades incluem a assinatura dos cônjuges nesses registros, o que impede uma análise sequencial. A normativa da obrigatoriedade do registro civil e padronização melhoraram a utilização das assinaturas para estudos como este.

Tabela 1 - Quantidade de informações para a produção da taxa de alfabetização

Localidades	Indivíduos	Período
Antônio Prado	4.110	1895-1935
Bento Gonçalves	5.674	1889-1921
Caxias	5.682	1889-1921
Nova Trento	2.996	1896-1935
Garibaldi ¹⁸	2.453	1905-1935

Fonte: elaboração das autoras (2024), com base nos registros civis coletados para a produção da taxa (2023).

Foram reunidas informações sobre 20.915 indivíduos, somente imigrantes italianos e filhos, sendo descartada qualquer outra nacionalidade presente nos registros em virtude da proposta de pesquisa, base do estudo. Apresentados esses dados, a seguir, discorreremos sobre a organização e estruturação das evidências.

Movimentando a análise das evidências: a segunda etapa na produção das taxas

A etapa inicial de construção e organização em planilha foi realizada, e para que os dados fossem transformados em informações relevantes à pesquisa, em cada uma das localidades realizamos a seguinte separação¹⁹ e cálculo: a) quantidade total de italianos e ítalo-brasileiros; b) quantidade que assinou, não assinou e percentagem de cada; c) quantos homens e mulheres assinaram.

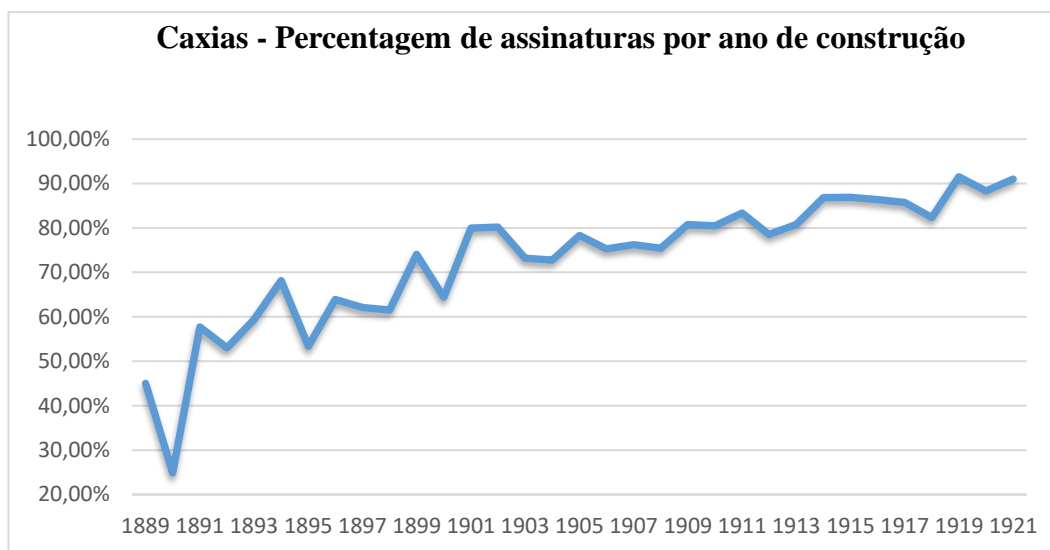
Informações e percentagens que permitiram, a exemplo, obter a percentagem total média de assinantes de cada colônia e ter um panorama da quantidade de indivíduos. Contudo, para que revelassem indícios, foram necessárias mais etapas para filtrar as informações, a exemplo da produção de taxas por décadas de nascimentos, níveis de profissão e uma análise da taxa de mulheres.

Com relação à produção da taxa por décadas de nascimentos, conforme Bernardi (2020) e Bernardi e Luchese (2020), percebemos que, se fizéssemos gráficos por ano de coleta das taxas, estes não refletiriam algumas informações e, com isso, precisaríamos produzir gráficos por décadas de nascidos. A título de exemplo, se existiam pessoas se casando em 1900 com 20 anos e, ao mesmo tempo, outras possuíam 40, 50 anos, um gráfico por ano de “construção de dados” não iria mostrar uma taxa de alfabetização em ordem cronológica dos sujeitos.

Queríamos evidenciar os dois resultados que obteríamos e o quão diferente seriam, por isso da mobilização por décadas de nascidos e não por “ano de construção”. Tomamos como exemplo a taxa de Caxias, então, primeiro, geramos um gráfico por ano de construção; e, depois, separamos por década de nascidos, obtendo os resultados apresentados no Gráfico 1.

¹⁸ Em 27 de maio de 1909, um incêndio, no Cartório de Garibaldi, culminou na perda de parte do acervo. No que se refere aos registros de matrimônios, é possível identificar que o livro mais antigo arquivado inicia em março de 1905 e corresponde ao livro núm. 4 de registros.

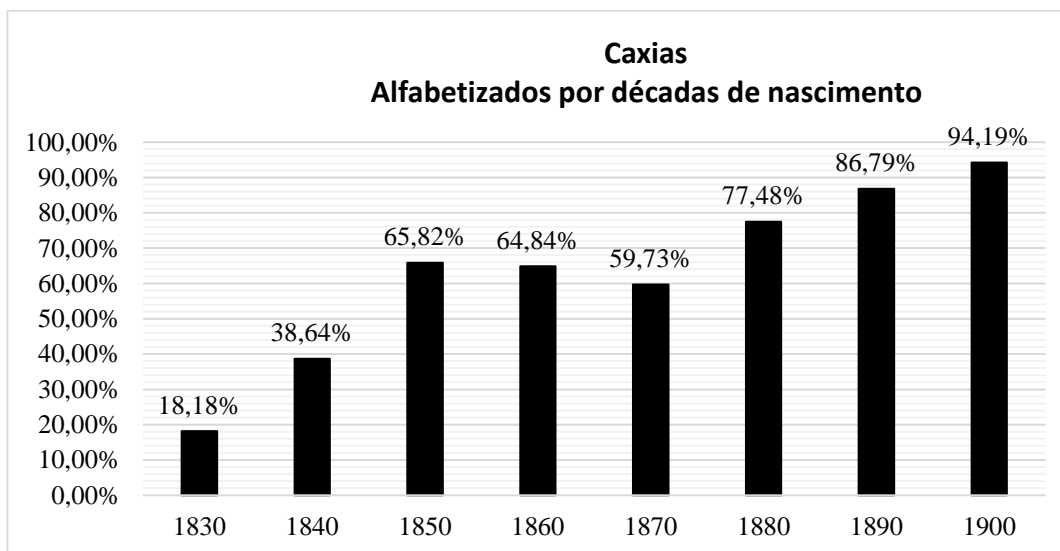
¹⁹ No caso dos que possuíam disponíveis os registros para medição até 1935, produzimos dois resultados: um com este, de 1935; e outro até o recorte de 1921, para que fossem utilizados esses últimos, de comparativo quando quiséssemos um parâmetro para discussão com demais localidades.

Gráfico 1 - Registros de Caxias por ano de construção

Fonte: elaboração das autoras (2023).

Há aumento da taxa de alfabetização ao longo dos anos, porém, adicionando um exemplo como o ano de 1890, a baixa taxa poderia ser reflexo de pessoas nascidas em 1870, tanto quanto 1860 ou 1850, que teriam se casado no respectivo ano. Então, de que forma adiantaria uma exposição por ano de registro civil, se teríamos a possibilidade, em virtude de os registros civis constarem a idade de cada cônjuge, obtermos como resultado uma informação completa em perspectiva cronológica?

Se pensássemos ainda em uma análise sobre os registros por ano de construção, erroneamente poderíamos analisar o Gráfico 1, de Caxias, pensando que a taxa aumentou, apesar de haver quedas, de forma gradativa. Consoante esse viés, temos o trabalho de Magalhães (1994), que também organizou os dados por ano de nascimento, fato que reforçou a necessidade de se fazer um estudo que mostrasse a cronologia de vida dos sujeitos investigados. Expomos, no Gráfico 2, o resultado de Caxias por década de nascimentos para comparativo ao Gráfico 1 para, após, explicarmos metodologicamente o resultado.

Gráfico 2 – Caxias: alfabetizados por década de nascimento

Fonte: elaboração das autoras (2023).

Essa construção possibilita chegarmos a conclusões diferentes. Novamente, a escolha por década de nascimentos ocorreu para agrupá-las em períodos temporais. Os gráficos mostraram aumento gradativo das percentagens, mas, o Gráfico 2 permite olhar para décadas mais antigas e pensar nos processos de escrita ocorridos ainda na Itália, em períodos de migração, de estabelecimento, na emergência das colônias da RCI/RS, afinal, foram instaladas aulas? Em que época os nascidos tiveram incremento na taxa de alfabetização e quais seriam os motivos? São questões que o resultado aqui possibilita questionar.

Tendo justificado a nossa opção pela apresentação dos gráficos por década de nascimentos, expomos, agora, qual foi o percurso metodológico para que as evidências fossem moldadas para esse fim. Com as planilhas de cada localidade investigadas, foi realizada uma segunda cópia delas para uma produção por “décadas”. Com a cópia de cada uma, adicionamos uma coluna denominada “ano de nascimento”, na qual, por fórmulas, diminuimos o ano de registro e a data de nascimento declarada. Com os anos de nascimentos, organizamos a planilha inteira por ordem do menor para o maior, para que tivéssemos os indivíduos e as demais informações em ordem cronológica.

Ao findar essa etapa, anotamos cada uma das décadas possíveis e, com isso, foi realizada a contagem, também com fórmulas devido à grande quantidade de dados. Exemplo: nascidos em 1830, seguido por quantidade que assinou, quantidade que não assinou, total de assinaturas e percentagem de assinantes. Realização até a última geração coletada de cada local, por vezes, em 1900, e em outras, em 1910. A produção final foi de um gráfico com as percentagens de acordo com cada década de nascidos e de cada localidade. Um trabalho mais denso do que o ano de coleta, todavia, que possibilita, conforme já exposto, uma análise única de cada local. Devido a extensão, não é possível inserir todos os gráficos finais, desse modo, optamos por condensar as informações na Tabela 2, para que sejam evidenciados os resultados.

Tabela 2 – Resultados da taxa de alfabetização em percentagens

	Antônio Prado	Caxias	Garibaldi	Nova Trento	Bento Gonçalves
1830		18,18%			66,67%
1840	66,67%	38,64%		66,67%	58,33%
1850	58,62%	65,82%		28,57%	56,84%
1860	74,77%	59,73%	76,92%	56,10%	61,81%
1870	68,81%	77,48%	73,68%	57,10%	51,99%
1880	61,14%	86,79%	68,99%	68,51%	62,82%
1890	61,21%		76,63%	73,60%	73,42%
1900	81,98%		81,94%	88,36%	81,53%
1910	66,67%		93,10%	96,68%	

Fonte: elaboração das autoras (2023).

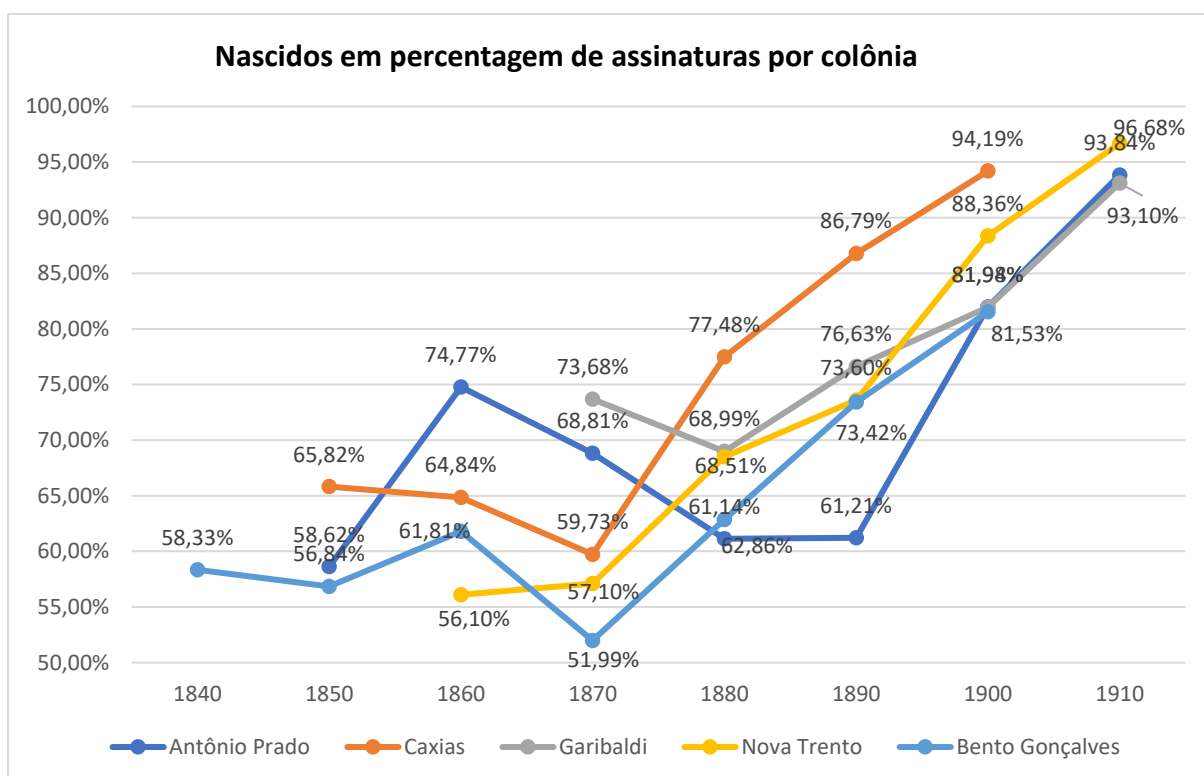
Ao contrário dos demais resultados da taxa por registros civis, a produção por década de nascimentos advém de algumas especificidades. No que se refere ao recorte temporal, conforme explicamos, na produção por década de nascidos, utilizamos como período final para Caxias e Bento Gonçalves o ano de 1921, já para Antônio Prado, Nova Trento e Garibaldi o ano de 1935²⁰. Para as duas primeiras localidades, isso ocorreu em virtude da disponibilidade de acesso aos registros, porém, as demais foi uma escolha pautada no seguinte argumento: se mantivéssemos para todos os locais o ano de 1921, deixaríamos de reunir dados de indivíduos que nasceram após 1900, no entanto, nosso recorte temporal é 1920, não teria motivo para descartar informações de nascidos entre 1900 e 1910, mesmo que alguns locais tivessem limitações. Então, se coletássemos, a exemplo, matrimônios até 1930, tendo como base uma

²⁰ Os registros foram analisados e reunidos para o ano completo, a exemplo, no caso de 1935, do primeiro matrimônio do ano, até o último de dezembro do referido ano.

média de idade de 20 anos ao se casar, teríamos informações de nascidos até 1910. Estendendo para 1935, obteríamos informações de nascidos de até 1915, fato que possibilita pensar na educação de um grupo de crianças até meados da década de 1920, já que um nascido entre 1910-1915 seria introduzido à escolarização, aproximadamente, em 1920; enquanto se coletássemos até 1940, estaríamos além do recorte aqui proposto.

Em Caxias e Bento Gonçalves, obtivemos as décadas de nascidos até fim de 1890 e meados de 1900, pois casaram até 1921. Já nas demais localidades, as décadas de nascidos se estendem para 1900 e 1910, que são os matrimônios, em sua maioria, de 1921 a 1935. Apesar das diferenças no resultado com o incremento de mais indivíduos de 1900 e de nascidos em 1910, quando possível, nossa proposta final, após a construção de cada gráfico das localidades, foi a produção de um resultado que entrelace todos os locais investigados, como apresentado o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Resultado de nascidos por década e percentagens por colônia



Fonte: elaboração das autoras (2023).

Conforme é possível ver pelo resultado das localidades entrelaçadas, o gráfico permite uma discussão e comparativo entre elas, tanto no que se refere à percentagem quanto ao uso dessas informações para auxiliar com outras fontes a compreensão dos processos de educação na RCI/RS. Esse é um passo inicial que permite a continuidade da investigação.

Com relação ao percurso para a produção dos níveis de profissões, a partir dos registros civis de matrimônio pesquisados, inspiramo-nos na escala de funções socioprofissionais de Justino Magalhães (1994). Justificamos o trabalho para compreender de forma abrangente as relações entre as profissões e a alfabetização. De certo modo, essa escala possibilita visualizar uma estrutura de categorias profissionais e compreender a dimensão das atividades que os sujeitos investigados realizavam naquele contexto, as trocas econômicas e culturais que estariam envolvidas nisso.

O percurso metodológico cruza-se com a reunião das assinaturas em registros civis, dado que uma das colunas das planilhas de base de construção de dados serviu para o preenchimento da profissão dos indivíduos. Para o nível de profissões, o recorte temporal corresponde ao início do registro civil em cada uma das localidades, e a final é o término de dezembro de 1921. A possibilidade de relacionar o mundo do trabalho com as taxas de alfabetização são um ponto relevante da investigação.

Em alguns momentos, geralmente em anos iniciais de registros civis de algumas colônias, não consta a profissão, assim, quando não era discriminada, as informações para essa medição foram descartadas. Ao obter todas as informações de cada colônia, foi construída uma tabela, nas mesmas planilhas de coleta da localidade, com as seguintes colunas: profissões, nível, quantidade que assinou, total de indivíduos e percentagem.

Na primeira coluna, preenchemos todas as profissões que foram declaradas por cada um dos indivíduos. Na segunda coleta da tabela, no que se refere ao nível, procuramos seguir a ideia de Magalhães (1994). Ao construir os níveis, a separação ocorreu por, a saber, nível 4: profissões que requerem formações específicas: médicos, advogados; nível 3: negociantes, proprietários de imóveis, empregados públicos; nível 2: carpinteiro, sapateiro, serrador, ferreiro, curtidor, barbeiro; nível 1: agricultores/lavradores, domésticas.

O planejamento foi realizado pensando em: nível 1 – profissões que não precisam necessariamente saber ler e escrever para o exercício da função; nível 2 – trabalhos manuais e físicos; nível 3 – profissões que requerem um certo conhecimento de leitura e escrita para o desempenho das funções; nível 4 – profissões que necessitam de estudo e que utilizariam, no cotidiano, a escrita e leitura, sendo preenchidas por alfabetizados. Com a produção da escala, a coluna 2 foi preenchida de acordo com o nível que cada profissão se encaixava.

Para a coluna 3, separamos a quantidade de pessoas da profissão que assinaram o registro e, em seguida, para a coluna 4, preenchemos quantas pessoas da profissão existiam nas informações coletadas, obtendo, na coluna 5, a percentagem total de assinaturas para cada profissão. Essa produção ocorreu separadamente em cada uma das colônias e foi analisada para que o nível de profissão fosse mantido em todas. Para conhecimento, se fossem mescladas, obteríamos informações referentes a 84 profissões²¹. Ao final, as percentagens de cada profissão foram agrupadas em níveis e foi feita a média de acordo com o nível de cada colônia, obtendo o resultado para a construção final, que compreende as informações de todas as colônias analisadas, como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Níveis pela profissão que assinaram

Local	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4 ²²
Caxias	76,36%	93,42%	99,73%	100%
Bento Gonçalves	73,90%	97,81%	99,47%	100%
Antônio Prado	81,70%	97,04%	99,25%	100%
Nova Trento	62,94 %	96,15 %	98,91%	100%
Garibaldi	83,38%	99,44%	97,80%	100%

Fonte: Elaboração das autoras (2023).

Do resultado, é possível ver o quanto as profissões estão relacionadas à percentagem de assinantes, sendo que as que menos possuem percentagem de assinantes também são as que não necessitam, em teoria, das práticas de escrita para o trabalho cotidiano. Informações que, ligadas a demais fontes, permitem uma discussão detalhada dessas questões.

²¹ As profissões que estavam presentes em todas as localidades foram: agricultor, alfaiate, carpinteiro, curtidor, doméstica, ferreiro, funileiro, lavrador, negociante, ourives, pedreiro, professor e professora, sapateiro e seleiro.

²² O grupo amostral do nível 4 é menor em quantidade de indivíduos; a maior parte dos imigrantes e filhos se encontra no nível 1 ou 2.

Outro aspecto importante e possível de ser explorado é a questão em relação ao sexo²³. No contexto da investigação, a diferença percebida na movimentação dos documentos foi sendo significativa. Os homens assinavam com uma frequência muito recorrente em detrimento das mulheres. A evidência dos percentuais convida a pensar, a contextualizar e discutir as marcas do tempo. A construção e procedimentos para a separação por sexos iniciou após concluir a construção da taxa de alfabetização e da separação das evidências iniciais. Ficamos atentas em virtude dos trabalhos de Bernardi (2020) e Bernardi e Luchese (2020), em olhar para a educação das mulheres, já que a medição pelos matrimônios traz a vantagem de permitir essa análise (CIPOLLA, 2012). Nesses trabalhos, verificamos que existia uma disparidade com relação à percentagem de mulheres e homens. Ao finalizar a construção, refletimos na separação por sexos para ver o que os dados nos indicariam.

Nesse sentido, Perrot (2005) mostrou a importância da estatística em se tratando da história das mulheres, explicando que “outro exemplo de opacidade, mais contemporâneo: o das estatísticas. Elas são na maior parte das vezes assexuadas [...]” (PERROT, 2005, p. 11). De fato, na maioria das vezes, as mulheres não são recenseadas, e os números referem-se às medições produzidas com informações de homens e/ou que “refletiriam” a sociedade, mas que, na verdade, não as incluem, pois partem de fontes apenas dos homens.

Para os procedimentos, com a discriminação do sexo, a partir do confronto da coluna, se o indivíduo assinou ou não, conseguimos, em cada uma das localidades, gerar as percentagens totais de assinaturas. Após, produzimos a Tabela 4, na qual apresentamos cada uma das localidades e as percentagens para o grupo de homens e mulheres.

Tabela 4 - Diferenças de assinaturas entre os sexos (até 1921): alfabetizados

Localidade	Masculino	Feminino
Caxias	80,29%	67,25%
Nova Trento	76,81%	60,86%
Antônio Prado	73,99%	52,46%
Garibaldi	74,26%	50,00%
Bento Gonçalves	80,85%	66,59%

Fonte: elaboração das autoras (2023).

Do resultado, existe uma margem maior de assinantes para homens que corresponde de 10 a 20% de diferença. Esses dados possibilitam pensar em informações sobre as mulheres e as práticas de escrita, além da análise do contexto, da sociedade, execução de atividades e acesso à escolarização, ou não, evidências que também podem compor informações relevantes para se pensar o processo de escolarização. Produzir sentido às evidências elaboradas *com e a partir da* análise dos registros civis de matrimônio é potente, na medida em que, consoante Albuquerque Júnior (2019, p. 92), “o sentido se produz no encontro entre a mensagem, a informação, o dado inscrito no corpo do documento e os conceitos, as noções, as formas de pensar, de perceber, de julgar, as noções e pré-noções trazidas pelo leitor” e pelo historiador na composição de sua narrativa.

Considerações finais

Este estudo apresentou o relato do percurso metodológico da produção de taxas de alfabetização com base em assinaturas obtidas dos registros civis das localidades de Antônio Prado, Caxias, Garibaldi, Nova Trento e Bento Gonçalves, pertencentes à Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS), tendo como recorte temporal os anos de 1875 a 1920.

²³ A utilização do termo “sexo” advém da própria fonte; não adentramos na discussão de gênero.

A realização permitiu descrever o passo a passo da produção das taxas de alfabetização. Para iniciar, dissertamos acerca de como as assinaturas foram utilizadas fora do meio acadêmico, passamos à genealogia das pesquisas desenvolvidas e teóricos que apoiam ou problematizam a utilização dessa fonte, seguimos para a regulamentação dos registros civis e, então, esboçamos quais foram os recortes, as escolhas realizadas, a construção e o passo a passo da leitura e análise dos dados dos documentos. Após, relatamos cada produção das evidências, como as décadas de nascidos, os níveis de profissões e a separação por sexos.

Neste estudo, não tivemos a intenção analisar os dados obtidos, inclusive porque o relato detalhado do percurso metodológico de produção e a análise disso diz respeito a uma outra etapa do estudo, não concernente a esta pesquisa. Cada uma das grandes temáticas (décadas, profissões e sexos) permite discussão futura com demais fontes para compreender a educação do grupo amostral analisado. Embora esses dados continuem sendo indicadores, compõem uma seleção relevante de fontes que permitem auxiliar a análise do grupo e do período.

A possibilidade de uso dos registros civis de matrimônio, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, representa um conjunto documental empírico muito importante para os estudos de História da Educação. A possibilidade de pensar as taxas de alfabetização como “indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a leitura, que é mais extensa”, como constatou Chartier (1991, p. 114), é um caminho, ainda assim, profícuo. Cruzar as evidências construídas com e a partir dos registros civis de matrimônio permite exercitar análises e cruzamentos relevantes, ainda mais quando somados a outros conjuntos documentais.

Tal operação, no fazer historiográfico, amplia os caminhos investigativos e nos permite ensaiar alguns olhares para brechas pouco exploradas no que tange à escrita e às práticas culturais que a envolvem. Não é demais, nesse caso, afirmar que o trabalho do historiador é o de “informar os seus parceiros de vida [...] que algo ocorreu. Mas, acima de tudo, é alguém que os toca, os mobiliza, os retira da apatia através da empatia com os humanos de todos os tempos. O historiador é alguém que entrega e se entrega o/ao passado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 209), e, assim, convida a pensar no hoje *com e a partir do* ontem.

Ao refletir metodologicamente a partir do conjunto documental dos registros civis de matrimônio, em contexto migratório, entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, desejamos que a contribuição signifique um convite para que outros pesquisadores se atentem e expliquem detalhadamente os percursos realizados em suas pesquisas documentais, além de evidenciar que há muitas possibilidades de mobilização quanto à utilização de assinaturas como indícios para a investigação de processos de educação, alfabetização e história da escrita.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos*. (novos ensaios de teoria da História). São Paulo: Intermeios, 2019.

BELUSSO, Gisele. *Farroupilha/RS e a Educação (1934 – 1948): um município pedagógico*. 505fl. Tese. Caxias do Sul, RS: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, 2020.

BERNARDI, Manuela Ciconetto. *Processo de escolarização em Antônio Prado (1886-1920): culturas e sujeitos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6728>. Acesso em 20 nov. 2021.

BERNARDI, Manuela; LUCHESE, Terciane Ângela. A taxa de alfabetização de Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1895-1920). *Revista Educação Em Questão*, v. 58, n. 56, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/20030>. Acesso em: 28 set. 2020.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Grafias do Cotidiano*. Escrita e Sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: EDUERJ; Niterói: EDUFF, 2020.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Grafias do Cotidiano*. Escrita e Sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: EDUERJ; Niterói: EDUFF, 2020.

BRASIL. Lei n.1.829, de 9 de setembro de 1870. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 31/ 12/ 1870*. Brasil, v.1, p.89. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRASIL. Lei n.5.433, de 08 de maio de 1968. *Coleção de Leis do Brasil – 1968*, p.30 v.3. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5433-8-maio-1968-375049-norma-pl.html>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.886, de 07 de março de 1888. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888*. Brasil, v.1, parte 2, p.248. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.044, de 22 de setembro de 1888. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888*. Brasil, v.2, parte 2, p. 248. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-norma-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.

BURKE, Peter. A escola dos annales (1929-1989). *A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991a. p. 113-162.

CIPOLLA, Carlo Maria. *Istruzione e sviluppo: Il declino dell'analfabetismo nel mondo occidentale*. Bologna: Il Mulino, [1969]/2012.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.29, n.2, p.179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FLEURY, Michel; VALMARY, Pierre. Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III, d'après l'enquête de Louis Maggiolo (1877-1879). In: *Population*, ano 12 n. 1, 1957, p. 71-92. DOI: <https://doi.org/10.3917/popu.p1957.12n1.0092>

FURET, François, OZOUF, Jacques. *Lire et écrire: V'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols., Paris, 1977.

GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da Alfabetização*. Reflexos sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JESUS, Adilson Silva de. *Nos caminhos da terra: mensuração dos níveis de alfabetismo no interior da Bahia oitocentista*. Volume I e Volume II, 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2015. Disponível em: <https://www.prohpor.org/dissertaes>. Acesso em: 15 abr. 2023.

JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. *Lire et écrire: une enquête, un moment historiographique*. Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques, n.43, 2009. p.35-56. DOI: <https://doi.org/10.4000/ccrh.3497>

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga, Portugal: Tilgráfica, 1994.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Educar em Revista, [S.l.], v.17, n.18, p.13-28, dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.231>

SILVA, Francisco Ribeiro da. A alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650). *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*, II Série, v. III, p. 101-163, 1986. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5826>. Acesso em: 21 jul. 2021.

VINCENT, David. Alfabetização e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 539-560, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000800002>